Horizontes Históricos.

ESCOVAR A HISTÓRIA MEDIEVAL A CONTRAPELO E TRANSPOR OS MUROS DAS UNIVERSIDADES

BRUSHING MEDIEVAL HISTORY AGAINST THE GRAIN AND TRANSCENDING UNIVERSITY WALLS

Mário Jorge da Motta Bastos[1]

Resumo: Parece chegada a hora de os historiadores profissionais – especialmente aqueles dedicados às sociedades mais ou menos remotas – se mobilizarem em prol da promoção de uma História que recupere algum sentido como efetivo instrumento de apreensão da realidade social e de intervenção política no presente em curso, visando ao futuro. Este é o mote prioritário deste artigo, propositivo de uma História Medieval que, engajada nas lutas do presente, preserve a nossa disciplina em face de tendências que lhe impõem uma sistemática perda de substância, densidade, sentido e razão de ser. Propõe-se que o futuro de nossas universidades depende de uma política de aproximação com os movimentos sociais organizados, cabendo à História Medieval a promoção de uma história campesina capaz de instrumentalizar as lutas camponesas no presente.

Palavras-chave: História Medieval; Campesinato; Movimentos Sociais.

Abstract: It seems the time has come for **professional historians** – especially those dedicated to more or less remote societies – to mobilize in favor of promoting a kind of **History** that regains some meaning as an effective instrument for understanding social reality and for political intervention in the ongoing present, aiming for the future. This is the primary focus of this article, which proposes a **Medieval History** that, engaged in present-day struggles, preserves our discipline against trends that systematically impose a loss of its substance, density, meaning, and reason for being. It is proposed that the **future of our universities** depends on a policy of rapprochement with **organized social movements**, with Medieval History being responsible for promoting a **peasant history** capable of instrumentalizing peasant struggles in the present.

Keywords: Medieval History; Peasantry; Social Movements.

[1] Doutor em História Social, Universidade Federal Fluminense (UFF), http://lattes.cnpq.br/2355198543101450, https://orcid.org/0000-0002-6048-8824, Produtividade em Pesquisa CNPq, velhomario@gmail.com.

INTRODUÇÃO

O historiador, ser social que é, devia investir sua paixão e esforços na construção de um futuro alternativo ao que já se vislumbra no horizonte, marcado pela extrema degradação de nossas condições de existência. Compete-nos, mais do que nunca, a promoção de uma história militante anticapitalista, que deve muito ao conhecimento daquelas sociedades que foram prévias e/ou alheias ao sistema! Sejamos claros quanto a esse ponto.

Reina, em nosso meio, uma sub-reptícia e falsa proposição, mais ou menos generalizada, de que nossa disciplina deva ser praticada de forma rigorosa, mas despretensiosa e asséptica, um conhecimento "técnico" produzido de forma depurada das paixões e inclinações políticas que afetam seus promotores... Ora, não militamos todos os estabelecidos no ramo? Alguns, de forma aberta e *pro-establishment*, denunciam "conspirações" e apoiam o "choque de civilizações" (Huntington, 1996) ou os "revisionismos históricos" de toda espécie (MELO; MONTEIRO, 2017, p. 256-294) e talvez mereçam mais respeito por fazê-lo de forma aberta e insidiosa.

Outros, talvez mesmo a maioria, o fazem de forma implícita e envergonhada (ingênua?), negando a seus leitores tomadas de posição claras, à partida de suas análises, acerca das perspectivas teóricas e epistemológicas que as estruturam e orientam... (FONTANA, 1982) E, contudo, não é difícil a quase todos denunciar como "ideológica" apenas a História que assuma posições contra-hegemônicas efetivas!

Assim, não chega a ser novo ou "alternativo" o que aqui se veicula, ainda que talvez possa parecer um tanto fora de moda a perspectiva celebrada (Chesneaux, 1976). Porém, e caso sirva de alento aos puristas, afirmo que é condição *sine qua non* ao melhor cultivo de uma História que milite em prol de um amanhã alternativo ao de "terra arrasada" que se vislumbra a prática rigorosa da disciplina, preservados todos os seus cânones profissionais e o máximo rigor na produção do conhecimento. Impõe-se, contudo, que esse transcenda os muros da academia para apoiar os – e ser fortalecida ao mesmo tempo pelos – movimentos sociais organizados.

O historiador, mesmo os medievalistas, não precisam abdicar de o serem caso lhes convenha a prática política ativa, nem precisam submeter-se a uma existência cindida entre o exercício da profissão e o da cidadania ativa. Permitam-me, então, leitores, na sequência destas páginas, mobilizar o conjunto de referências **necessário à apresentação e defesa destas proposições.**

BREVÍSSIMA HISTÓRIA DA HISTÓRIA MEDIEVAL NO BRASIL

A História Medieval integra os currículos do ensino de História no Brasil desde, praticamente, a sua instituição no século XIX no âmbito do Colégio Pedro II (Santos, 2015, p. 55-70). Nas universidades brasileiras, os cursos de História preservam a antiga divisão quadripartite nos seus currículos, reservando, desde sempre, um espaço relativo ao contexto medieval. Contudo, essa constância ensejou, por décadas, uma discrepância inadmissível com as bases do ensino de terceiro grau, a docência desvinculada da pesquisa, uma vez que eram raros os departamentos que

contavam com especialistas formados no campo em seus quadros responsáveis pelas disciplinas em questão. A mudança desse quadro é relativamente recente, e demanda ainda o esforço de uma formação continuada que permita que seja atingido e mantido na área o nível de excelência exigido às nossas instituições. A atividade de pesquisa é, portanto, uma das condições necessárias, ainda que nem de longe uma condição suficiente, à prática adequada do magistério superior (e creio que não só). A docência universitária exige a especialização.

E, contudo, apenas no ano de 1934 foi criada a primeira instituição de ensino superior a promover a História Medieval no Brasil, a Universidade de São Paulo (USP), apoiada, em sua fundação, por missões científicas da Alemanha, Itália e França, em especial. Na USP lecionaram Fernand Braudel, Claude Lévi-Strauss, Roger Bastide e Jean Gagé, antiquista que orientou as primeiras teses dedicadas à Idade Média no Brasil, defendidas em princípios da década de 1940. A primeira cátedra de História Medieval na instituição foi criada em 1950 (Bastos, 2017, p. 1-11). Assim, desde seus primórdios no Brasil, a História, em geral, e a Medieval, em particular, assumiram uma orientação de base marcadamente francesa, o que ajuda a entender algumas de suas perspectivas ainda hoje hegemônicas em nossa medievalística. Por exemplo, a maioria dos programas das disciplinas básicas dedicadas ao medievo em nossas graduações toma a "França medieval" por quadro de referência, e o fazem privilegiando o campo das mentalidades e da cultura... Alguém já se perguntou o porquê, e se deve ser assim?

Apesar das investidas pioneiras de alguns ensaístas brasileiros no estudo do passado medieval ibérico como elemento da constituição histórica do nosso país, o vertiginoso desenvolvimento da História Medieval entre nós remonta apenas aos anos 1980, quando nova "missão francesa" voltou a nos alcançar com a terceira geração dos *Annales* e a promoção da *Nouvelle Histoire*. Nesta oportunidade, "desembarcaria" nas universidades brasileiras, capitaneada por Jacques Le Goff, Emmanuel Le Roy Ladurie, Georges Duby, entre outros, despertando nos ávidos estudantes a paixão por uma Idade Média mítica, de sonhos, de bruxas, plena de maravilhoso, e que experimentou desde então um destacado desenvolvimento institucional. Ainda em fins dos anos de 1980 foi criado nosso primeiro setor de pós-graduação em História Antiga e Medieval, na Universidade Federal Fluminense (Niterói – Rio de Janeiro). Hoje, os programas que o abrigam contam-se às dezenas, assim como os núcleos de pesquisa em História Medieval existentes de norte a sul do país. As teses dedicadas ao período contam-se às centenas todos os anos. A Associação Brasileira de Estudos Medievais (ABREM), fundada nos idos de 1995, segue ativa e chegou a congregar, no seu auge, cerca de quinhentos associados.

A percepção da retumbante vitória conquistada por seus promotores nas últimas décadas parece favorecer a sensação mais ou menos generalizada de segurança, de estabilidade, de direito de cidadania enfim conquistado pela História Medieval no Brasil. Jazerá no passado, pois, a era dos intensos combates travados contra todos aqueles que duvidavam da pertinência do que insistíamos em promover? Mas, por que, poderiam perguntar os mais jovens. Ora, aquela História

e sua problemática não nos pertenceriam, afirmavam uns, e ademais consumiam esforços humanos e verbas de pesquisa sempre tão escassas, denunciavam outros.

Ainda que celebrada em cada oportunidade a vitória, parece-me efetiva a sensação de que a nossa disciplina esteja perenemente sob suspeita em sua eficácia, em especial no que se refere ao seu sentido no mundo atual! Que medievo caberá num mundo que cada vez mais se reconhece no futuro e apenas nesse? A História Medieval, em especial, parece experimentar, neste início de milênio, uma conjuntura oposta e adversa. Vão longe os anos em que um medievalista como Georges Duby era celebrado como membro da Academia Francesa (entre 1970 e 1992), e em que um confrade seu, Emmanuel Le Roy Ladurie (1975), tornava-se o primeiro autor a elevar um livro dedicado ao medievo à categoria de best-seller mundial!

Ironias à parte, a primazia na percepção da tendência de "reversão do quadro" talvez caiba mesmo a um famoso polemista, discípulo de um dos maiores expoentes daquela 3ª geração dos *Annales*, Jacques Le Goff. Refiro-me à Alain Guerreau que, logo no alvorecer do milênio promoveu uma pessimista avaliação da medievalística (francesa) que, em sua opinião, atravessaria a maior de suas crises após ter sido o carro-chefe da *Nouvelle Historie* (Guerreau, 2001). Desde então, e com o decorrer do novo milênio, o quadro parece ter se agravado, considerado o preciso diagnóstico promovido, há mais de dez anos, por Nadia Altschul:

> Como premissa de trabalho, considero que dificilmente podemos escapar ao fato de que a Idade Média não está hoje no pedestal em que foi colocada durante o século XIX [e durante o século XX, posso acrescentar], e que não podemos, portanto, evitar o reconhecimento de que nosso período não estabelece a estrutura intelectual nem fornece a linguagem de diálogo mais valorizada no intercâmbio acadêmico atual (Altschul, 2008, p. 594, tradução livre).

Talvez saudosa do seu passado não tão distante de pujança, a medievalística ensaia reações diversas, o que nos ajuda a compreender, antes de mais, que ela atualmente se constitua como um campo particularmente afeito à autorreflexão ou, como diria Maria de Lurdes Rosas e André Bertoli, a uma "introspecção identitária" (Rosa; Bertoli, 2010, p. 248). São diversas as iniciativas, cristalizadas em reuniões científicas e publicações que vêm à luz em vários quadrantes do planeta, dedicadas à promoção de balanços avaliativos e autocríticos, bem como ao esforço de legitimar a disciplina em sua importância, de validá-la e renová-la em sua prática e perspectivas (Gaunt, 2009, p. 160-176).

A situação no Brasil não é diferente. A medievalística brasileira, apesar de sua recente constituição, reúne já um número considerável de trabalhos dedicados à promoção de balanços da sua produção (Macedo, 2006, p. 1-10; Magnani, 2008, p. 71-92; Franco Júnior, 2010, p. 39-52; Almeida; Silva, 2014). De onde advirá tal reincidente iniciativa? De uma sistemática necessidade de legitimação? Da demanda recorrente por dar sentido atual, por afirmar o interesse e a necessidade de estudar no nosso presente "aquele passado"? Apesar de não ser exclusividade sua, serão tais exigências especialmente sentidas naquelas regiões "periféricas" em relação ao

medievo, em que se faz sentir de forma mais candente o esforço sistemático por autorizar a promoção historiográfica da Idade Média?

Talvez o desafio seja, mesmo, muito maior, impondo-se ao próprio campo das Ciências Humanas, multiplicando-se em várias regiões do planeta notícias inquietantes sobre sua crise institucional, com perda de espaço e de apoio governamental, o que vai minando uma área de estudos não só potencialmente desafiadora a – como pouco apetecível para – uma ciência global cada vez mais regida pela lógica voraz de reprodução do capital[2]. Considerada a História, e a Medieval em particular, são muitos, continuados e diversos os ataques e questionamentos à validade de sua promoção. Sem pretender ser exaustivo destaco, por exemplo que, no Brasil, projeto recente das autoridades governamentais propõe concentrar o foco do ensino ministrado às crianças e jovens na História-pátria, suprimindo-se do currículo todo o "entulho histórico" constituído pelas fatias de duração que abrangem a Antiguidade e a Idade Média!

Na Argentina, há alguns anos, os medievalistas, capitaneados por Carlos Astarita, tiveram que confrontar o ministro da Ciência e sua proposta de suprimir o financiamento das pesquisas dedicadas aos estudos medievais no âmbito do CONICET, sob o argumento de que o estudo do medievo seria supérfluo por não corresponder às necessidades do país, alheio àquele passado (Astarita**,** 2017, p. 1-4.). A questão, contudo, parece mais complexa, pois mesmo aqueles que o "possuem", atualmente o rejeitam. Do longínquo ano de 2003 ecoa ainda hoje a declaração do Secretário de Estado Britânico da Educação: "– Não me importa a existência, na Grã-Bretanha, de alguns medievalistas, a guisa de ornamento, mas não há nenhuma razão para que o Estado pague os seus salários". (D'Ancona, 2003)

Estreiteza de visão de que parecem padecer, por dever de função, os burocratas e autoridades que governam o mundo? Receio que dúvida goze de mais amplo e "especializado" apoio. Em 2008, com nova versão em 2024, um renomado acadêmico francês, medievalista na Universidade de Paris I (Panthéon-Sorbonne), Joseph Morsel, julgou necessário publicar uma obra de "confronto" (Morsel; Ducourtieux, 2007) dedicada aos estudantes universitários franceses do curso de graduação em História que lhe questionam, a cada ano letivo, sobre a serventia do estudo da História da Idade Média. Ora, aos europeus é vigorosa a sensação de que fazem a história medieval como coisa sua, como história nacional que se projeta ao passado, com todos os ônus, e talvez alguns bônus, decorrentes desta percepção. E nem mesmo assim o sentido atual "daquele passado" lhes parece evidente ou imediato.

Se mesmo aqueles que tropeçam diariamente em ruelas medievais mal pavimentadas a caminho das suas aulas de História (ocorridas em prédios universitários de construção originária medieval, muitas vezes), questionam a necessidade e o sentido do cultivo intelectual e acadêmico

[2] Em que pesem os desmentidos oficiais, não é demais relembrar que, recentemente, o mundo acadêmico internacional, em especial o das Ciências Humanas, foi abalado pelos rumores de que a área em questão seria suprimida do ensino universitário japonês, abrindo-se o espaço considerado necessário ao maior desenvolvimento e investimento nas carreiras e na produção do conhecimento em áreas consideradas mais relevantes aos interesses coletivos e ao bem-comum. O Globo, 16/09/2015 (https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/governo-japones-pede-cancelamento-de-cursos-de-humanas-em-universidades-17506865).

da História Medieval, o que esperar da exigência por sentido e significação daqueles tantos estudantes com os quais insistimos em que reconheçam, para valorizarem no presente em curso, algumas aparentemente fugidias heranças imateriais que partilharíamos, no "novo mundo", com o passado medieval?

Creio que os profissionais que produzem e lecionam o conhecimento histórico, em qualquer nível em que suas atividades se exerçam, estejam cada vez mais desafiados em sua prática pelo crescente sentimento de desprezo histórico – isto é, como conhecimento especializado e sistematizado – pelo passado, em especial os mais remotos, no quadro de sociedades capitalistas que, cada vez com maior intensidade, se reconhecem especialmente em projeções ao futuro e em que as memórias fragmentadas bastam para satisfazer às demandas quase individualizadas por identidades. Ao futuro dedicamos, cada vez mais, o nosso maior sentimento de empatia! O "desmanche cotidiano no ar de toda e qualquer expressão de solidez histórica" parece nos livrar da sensação do peso do tempo sobre nossas costas, acelerando a história num presente que é vivido como mudança constante que só nos vincula ao futuro, só nos projeta à frente, ao devir, ao vir a ser. A historicidade parece cada vez mais residir na ficção científica, e o tempo pretérito, por seu turno, nos romances e nos jogos eletrônicos que celebram um mundo perdido ou que talvez nem tenha de fato existido!

A historicidade intrínseca às temporalidades remotas parece remontar a realidades rompidas, desconexas e estruturalmente alheias as experiências de uma contemporaneidade fluída que é vivida como constante mudança e transformação. Já não mais podemos nos reconhecer no ontem quando o passado é sistematicamente promovido na velocidade avassaladora dos segundos e descartado em frações ainda mais breves de tempo. Já se falou do "caráter líquido" (Bauman, 2000) da nossa modernidade, e é possível que ele contraste em excesso com a aparentemente rígida solidez quase paquidérmica das (arqueo)civilizações que já foram as nossas. Creio claramente manifesta tal perspectiva, por exemplo, na avaliação de Matthew Chrulew que, ao identificar o que lhe parece constituir o aspecto central da promoção recente dos estudos medievais na Austrália, destaca que o medievalismo local seria menos uma herança do colonialismo britânico do que manifestação de uma nostalgia de um passado cavalheiresco idealizado. "Aqui o medievalismo recria a fantasia como um substitutivo da História!" (Chrulew, 2005, p. 225) A História, por tal via, ou se transmuta em literatura e instrumento de evasão, ou fenece...

E não decorrerá dessa crescente e aguda falta de identificação objetiva com qualquer passado pelo nosso presente, e em especial com os mais remotos, esta sensação generalizada de superfluidade de tudo o que existe? Parece serem vários os sintomas de uma sensação que se generaliza mesmo nos "velhos mundos", plenos de sua extensa historicidade. E o que dizer da situação de um país ao qual se atribui uma jovial experiência histórica? Haverá um sentido, uma razão, perspectivas específicas a serem atribuídas a medievalística promovida no Brasil? Se, por um lado, pode parecer extenuante a frequência com que somos exigidos a nos legitimar, a esgrimir argumentos que validem a nossa prática historiográfica, por outro parece bastante razoável

favorecer um estado de atenção sistemático relativo à pertinência e à importância da História que promovemos.

FAZER HISTÓRIA

Para o caminho que propomos importa, em primeiro lugar, reafirmar o caráter estritamente social do exercício da função do historiador. Mesmo o mais *blasé* dos historiadores que se vangloria de negar qualquer utilidade à História deveria reconhecer que nosso ofício envolve o insofismável cumprimento de uma "função social". Primeiro, e de forma mais evidente, porque o condicionamento básico da produção do conhecimento histórico é a demanda por autoconhecimento que aflige a sociedade em que vive o historiador, anseio a que o profissional da História dá vazão dimensionando temporalmente a singularidade do presente em curso, decompondo-o no redemoinho do tempo. Todo historiador, por mais recluso que pretenda permanecer em seu gabinete de trabalho, é uma caixa de ressonância das demandas e anseios que lhe são impostos pela sociedade em que se situa.

A "questão ambiental" nos aflige em face do receio da destruição do planeta? O historiador lhe dá dimensão temporal, considerando as possibilidades, os níveis e os limites historicamente inerentes à condição básica da existência de nossa espécie, a relação transformadora com a natureza desenvolvida por todas as sociedades humanas inscritas na História. Constitui-se a História Ambiental. A questão da relação entre os gêneros se nos impõe com todo seu vigor na atualidade? O historiador lhe confere profundidade temporal, analisando como, em sociedades vigentes nas mais diversas dimensões espaço-temporais, foram socialmente construídas as categorias de masculino e feminino e como se deram as relações tecidas entre ambas. Eis a História de Gênero, e com esses alguns exemplos de como nossa atividade tem um fundo decididamente social.

Dispor, situar no tempo, esta é a nossa "habilidade" fundamental, uma vez que ser imerso na duração é a condição exigida a todo fenômeno para que seja "dotado de História". Assim, daqueles que exercem o nosso ofício deve se exigir, antes do mais, que estejam atentos aos influxos temporais de sua própria atividade profissional. O historiador, mesmo o das sociedades mais remotas (ou talvez esse, em especial) é, fundamentalmente, um "perspectivador" do presente, que só assume especificidade histórica e só é compreensível pela sua retroprojeção temporal. O conhecimento histórico é sempre o desvelamento de um contexto, o que só atingimos plenamente pelo contraste (com outros contextos). Toda História é sempre, ainda que quase nunca se assuma como tal, comparativa, e é realizada em benefício do presente, visando a um futuro.

E o presente que o historiador "perspectiva" é aquele do qual ele próprio participa, tomado por paixões, por posições, imerso em relações sociais conflituosas e contraditórias que estão latentes no conhecimento que produz. Se a prática da História depende da "empatia do historiador com tudo o que é humano", mesmo que esta humanidade se manifeste nas cronologias mais remotas e nas latitudes mais distantes, toda empatia é seletiva pois está calcada em visões de

mundo do próprio historiador, e por perspectivas de classe, gênero, faixa etária etc. que se projetam até os "contextos" sobre os quais aquele se debruça. Daqui decorre, a meu ver, um fato incontornável: todo conhecimento histórico produzido no âmbito de sociedades fraturadas em classes sociais é, insuperavelmente, um conhecimento marcado pelas contradições e posições de classe que, desde o presente em que o historiador se situa projeta-se sobre qualquer sociedade a cujo estudo ele se dedique.

Em sendo assim, parece evidente que mesmo os mais austeros historiadores, que se creem alheios a suas posições no presente ao se refugiarem no passado fazem, à sua maneira, uma história engajada. Mas não reside aí o problema, a meu ver, mas na sua insistência em negar que o façam e em acusarem de militante e de "ideologicamente contaminada" apenas a produção alheia. Não trato, no entanto, a questão de forma maniqueísta, mas sob o ponto de vista ideológico, de uma "guerra de posições" poucas vezes assumida, mas que se revela um pouco por toda parte, nos paradigmas que se pretende impor pela tentativa de desqualificação de outros, nas temáticas que buscam hegemonizar o campo pela supressão de outras supostamente ultrapassadas... É por isso mesmo lamentável – mas bastante compreensíveis as razões – que muitos dos meus confrades resistam à reflexão sobre suas vinculações epistemológicas e teóricas, negando a seu público a explicitação das bases teóricas e das perspectivas que embasam a sua atividade. Muitos se negam mesmo a qualquer reflexão explícita sobre a mesma, como querendo naturalizar a sua prática.

A nossa disciplina constitui – o que é testemunhado inclusive pela diversidade de perspectivas que a caracteriza hoje – uma arena de conflitos entre projetos opostos de síntese de passado e presente, e de desejo de futuro. Se nos acostumamos a conceber o tempo histórico por meio da imagem da flecha que aponta e avança, inexoravelmente, em direção ao presente no qual nos encontramos, ao historiador incumbe subverter, na prática do ofício, esta suposta "inevitabilidade da História", desvelando em cada passado suas alternativas de futuro, as possibilidades de devir que continham e que foram vencidas e sepultadas pela corrente dominante que se impôs ao devir. Este constitui o único antídoto ao veneno da teleologia! História e Política convergem, pois, de forma intensa, não apenas porque o passado se torna a base da ação política presente, mas também no sentido de que a definição do "passado" é parte de um projeto político que visa o amanhã. O conhecimento histórico não é apenas o resultado "técnico" e "frio" da síntese entre um corpus documental e o instrumental teórico-metodológico que o historiador mobiliza para abordá-lo, mas de uma política aberta em direção ao futuro, um terreno de luta pela objetividade no qual também o passado é objeto de disputas e de apropriações (Frosini, 2013, p. 43).

No Brasil, há décadas, vem se ampliando o investimento do agronegócio no ensino fundamental e médio, a partir da atuação, nestes âmbitos, de duas das principais entidades ligadas ao setor, o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) e a Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG). Coube até o momento a essa última, em especial, a atuação junto às escolas de ensino básico, promovendo sua propaganda por meios diversos como a distribuição gratuita de material didático e a promoção de concursos de vários tipos, como de redação, mobilizando para

tanto os professores da rede pública. Trata-se, a associação em questão, segundo Rodrigo Lamosa (2016), de um aparelho privado de hegemonia dedicado a naturalizar – como resultado inevitável do avanço científico e tecnológico aplicado à agricultura – um tipo de manejo da terra que considera uma evolução positiva o emprego dos transgênicos – escamoteando todo o debate em torno do tema – e nega os malefícios associados ao uso de agrotóxicos. Assim, segundo sua propaganda realizada em cartilhas distribuídas aos estudantes, todo o desenvolvimento histórico da agricultura, desde a chamada Revolução Agrícola, levaria ao agronegócio, inevitável concretização e clímax de toda a milenar história da vida nos campos, quando o que a rigor representa configura muito mais um anticlímax: concentração da terra e expropriação histórica de camponeses e camponesas anônimos que desenvolveram a agricultura por milênios, além de esterilidade do solo, degradação da natureza...

Peço ao meu leitor permissão, nesta altura, para uma longa citação, pelo menos plena de poesia.

> O passado traz consigo um índice misterioso, que o impele à redenção. Pois não somos tocados por um sopro do ar que foi respirado antes? Não existem, nas vozes que escutamos, ecos de vozes que emudeceram? [...] Se assim é, existe um encontro secreto, marcado entre as gerações precedentes e a nossa. [...] Nesse caso, como a cada geração, foi-nos concedida uma frágil força messiânica para a qual o passado dirige um apelo. Esse apelo não pode ser rejeitado impunemente. [...] Assim como as flores dirigem sua corola para o sol, o passado, graças a um misterioso heliotropismo, tenta dirigir-se para o sol que se levanta no céu da história. O dom de despertar no passado as centelhas da esperança é privilégio exclusivo do historiador convencido de que também os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer (Eiland; Jennings, 2006, p. 389-411).

Estas palavras tão belamente dispostas são de Walter Benjamin, e expressam, em primeiro lugar, que o "passado" é objeto de uma intensa disputa em cada presente que dele pretende se apropriar, e que ela não se dá num vazio, mas no próprio campo da História, algo que os muitos revisionismos sistematicamente em curso não deveriam nos deixar esquecer. A História que fazem os historiadores passou décadas, séculos, milênios negando a homens e mulheres cotidianos o seu caráter de sujeitos da História, fazendo-nos descrer na potência de nossas vidas e ações não só como sujeitos, mas, o que também não deixa de ser grave, como objetos da História.

O que os ecos quase inaudíveis perdidos na noite dos tempos destes sujeitos históricos nos revelam não é o tom prosaico de estranhos eventos vividos por um "outro" no qual, por tão longínquo, não conseguimos nos reconhecer, mas a amplitude temporal e a riqueza da experiência humana vivenciada em condições de opressão e da luta contra ela, além dos efeitos de movimento e transformação que esta luta produz. É em prol desta perspectiva que se nos impõe realçar a historicidade do presente fustigando desrespeitosamente o passado para subverter o devir que carreia as possibilidades de futuro, e vice-versa. Toda História precisa ser, em última análise, contemporânea, porque ela pode e deve ser um dos elementos das lutas do presente, travadas por minorias diversas e, em especial, pelas maiorias oprimidas. Mas ela só o poderá ser, e o será de

forma mais eficiente, quando sua militância em tal sentido não se dê ao custo e em detrimento da seriedade e da qualidade do trabalho profissional do historiador.

PERSPECTIVAS DE "ATUALIZAÇÃO" – ESCOVADO A CONTRAPELO, O MEDIEVO É CAMPONÊS

Em muitos segmentos das universidades públicas brasileiras – especialmente na grande área das Ciências Humanas – as últimas décadas foram marcadas por um considerável estreitamento da articulação entre a academia e os movimentos sociais organizados dos mais diversos tipos, graças a um processo de democratização do acesso ao ensino superior que permitiu aos setores populares levarem às universidades muitas das suas demandas. Em meio a diversas associações, destaca-se um dos movimentos sociais que possui uma longa trajetória histórica e talvez o maior nível de organização nacional, o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), que reúne seguidas gerações de camponeses expropriados de suas terras e trabalhadores rurais "precarizados" pelo elevado índice de concentração fundiária que é histórica e característica do Brasil, problema radicalizado, nas últimas décadas, pela expansão do agronegócio e do latifúndio transgênico.

O MST se encontra atualmente estruturado em 24 estados (dos 26 que integram a nação), contabilizando cerca de 350 mil famílias que conquistaram o acesso à terra com base na auto-organização e na luta, primeiro passo de uma ação continuada no âmbito do movimento com vistas à promoção da tão almejada reforma agrária. Na sua ação direta contra a concentração fundiária, o MST organiza ocupações de terras improdutivas, devolutas e/ou griladas por grandes proprietários e empresas rurais com o objetivo de forçar a justiça a reconhecer a primazia da destinação social da propriedade que reverte, em muitos casos, para o assentamento de famílias e o desenvolvimento da pequena agricultura familiar agroecológica cooperativada.

O movimento, numa clara e efetiva demanda e disputa da História, requisita para seu acervo todas as iniciativas que, na trajetória da Humanidade, mas, especialmente, no Brasil, confrontaram o latifúndio desde os primórdios da sua constituição, o que remete, neste último caso, ao próprio processo da colonização portuguesa iniciado no século XVI com seu sistema de capitanias hereditárias, amplíssimos territórios concedidos pela coroa a donatários de nobre origem.

> Como imaginar o MST sem o exemplo de Sepé Tiarajú e da comunidade Guarani em defesa de sua terra sem Males, da resistência coletiva dos quilombos ou de Canudos ou sem o aprendizado e a experiência das Ligas Camponesas ou do Movimento de Agricultores Sem Terra? Por tudo isso, nos sentimos herdeiros e continuadores das lutas pela democratização da terra e da sociedade (Morissawa, 2001, p. 122).

A articulação das universidades com os movimentos sociais constitui uma via importante, necessária e contra-hegemônica para a sobrevivência do ensino público superior brasileiro, abandonado pelos projetos nacional-desenvolvimentistas que lhe deram origem e por uma burguesia nacional cada vez mais seduzida pela subordinação dependente ao capital (financeiro)

internacional (LEHER, 2015). Ademais, desta mesma articulação decorre uma via profícua à configuração da identidade que a História Medieval segue buscando para si em nosso país. É em face da interrogação que deveria ser recorrente – que História Medieval diz respeito ao Brasil? – que encontro na articulação com o movimento social já referido uma demanda mobilizadora para o investimento na sua prática.

O processo já foi iniciado, apesar das dificuldades, e se materializa anualmente na Jornada Universitária em Defesa da Reforma Agrária (Jura, 2015), encampada ano após ano por um número crescente de instituições de ensino superior público por todo o país, promovendo-se ao longo de praticamente todo o ano mesas de debates integradas por docentes e por militantes do movimento, rodas de conversa, visitas a acampamentos e assentamentos em várias regiões do país etc. Assim, camponeses e camponesas adentram, com suas vozes e saberes, as universidades, ao passo que essas transcendem seus muros e penetram, com seu conhecimento, os espaços da sociabilidade camponesa. Os ganhos multiplicam-se para ambas as partes.

Cabe à História Medieval que proponho e que efetivo nessas jornadas promover o reconhecimento da vigência, em longuíssima duração histórica, das sociedades agrárias, sociedades milenárias (civilizações!) nas quais o campesinato constituiu uma força social ativa e essencial, um agente histórico crucial no curso da formação, caracterização e transformações das sociedades humanas. Partimos da premissa de que o reconhecimento das identidades e diferenças que formaram a imensa e riquíssima experiência camponesa na História – o desvendamento do seu caráter de sujeito das sociedades de ontem e de hoje – poderá constituir um ingrediente importante das lutas camponesas atuais.

O(s) campesinato(s) precisa(m) conhecer e tomar posse da sua História! Num momento em que os especialistas requisitam à memória a condição de elemento constitutivo da História, investimos num processo dialético pelo qual a História atue ativamente no alargamento da memória social (camponesa). Investe-se, pois, na abordagem, e em perspectiva comparada, das diversas experiências históricas de estruturação das sociedades de base agrária, com sua estruturação doméstica e aldeã, suas expressões culturais e religiosas, suas formas de produção e reprodução, bem como das formas de dominação sofridas e de resistência desenvolvidas pelos campesinatos ao longo da História, fomentando e apoiando a elaboração de uma história do “mundo camponês” que, inscrita na longa duração, desvele o seu protagonismo, fundamente a sua ação no tempo presente e apoie os seus (nossos!) anseios de futuro.

Trata-se, assim, com base no diálogo entabulado a partir do reconhecimento das especificidades do nosso presente, de realçar que o advento do capitalismo promoveu, em meio a tantas radicais transformações, um deslocamento essencial das bases de existência e reprodução das sociedades ocidentais europeias e demais (tendência que segue, ainda hoje, o seu curso em diversas regiões do planeta). O processo, que ficou conhecido como o da acumulação primitiva de capitais e que envolveu o famoso cercamento dos campos, deu ensejo à massiva expropriação do campesinato, ao advento da forma burguesa de propriedade e à constituição da sociedade industrial

pautada pela lógica da produção de mercadoria. Neste contexto, o do advento do capitalismo, o destino do campesinato pareceu mesmo selado: ele estaria fadado ao desaparecimento, absoluto pela incompatibilidade entre suas formas tradicionais de existência e as demandas radicais do novo sistema, e relativo, dada à sua decomposição num proletariado rural (Marx, 2021).

Milhares de anos de existência – de formas tradicionais de produção e reprodução da vida material, social e afetiva – viraram poeira, escombros sob os quais se erigiram novas relações, determinações, sociabilidades e bases de existência pautadas pelas demandas da reprodução do capital, processo que pode ser considerado em seus muitos matizes e em cores vigorosas em estudos clássicos e brilhantes como os de Edward P. Thompson dedicados ao advento da sociedade industrial (Thompson, 1993). De certo, a parte mais volumosa desses escombros, se vasculhada com o zelo e a devoção caraterísticos dos arqueólogos, revelará blocos bastante compactos ainda de sociedades pré-capitalistas diversas que o capitalismo subverteu e deglutiu, sociedades agrícolas pautadas em regimes agrários diversos. Aqui nos referimos a sociedades caracterizadas, todas, pelo predomínio generalizado do que chamamos atualmente de setor primário da economia, quando a imensa maioria da população – algo em torno a 90 a 95% dela, por exemplo, mesmo nas regiões que estiveram na linha de frente da dinamização do mundo urbano experimentada a partir do século XI no Ocidente medieval – vivia não só radicada no campo como orientada pela produção para consumo direto (produção de valor de uso) por um processo organizado e reproduzido no âmbito da família e da comunidade, articulada, portanto, em relações sociais de cunho familiar e local que se impunham como uma base estável e tradicional de existência.

Sociedades hierarquizadas e cindidas na sua imensa maioria, a condição essencial da existência nestas sociedades pré-capitalistas envolveu a articulação entre produção camponesa – sob formas de organização da produção diversas, marcadas por níveis também distintos de autonomia produtiva e sujeição social – e extração de excedentes por elites dominantes também diversas que se destacaram, contudo, por sua ascendência e pelos níveis de controle variados que impuseram aos campesinatos. Assim, o binômio autonomia/sujeição determinou, em grande parte, as estruturas, relações, quadros de existência e de vida cotidiana camponesa nestas várias sociedades, circunscrevendo um longuíssimo percurso histórico em meio ao qual é possível discernir elementos estruturantes que pautam a diversidade de seus matizes.

Mas, quem eram (são) os camponeses? Por improvável que possa parecer, as tentativas de definição do campesinato envolvem polêmicas consideráveis, que o tornam um objeto muito mais fugidio do que parecemos capazes de admitir. Tomando, contudo, as suas expressões mais correntes, de clássicos devidos a Teodor Shanin (2005, p. 1-21), Eric Wolf (1976) e Alexander Chayanov (1966), a estrutura camponesa costuma ser definida por algumas características essenciais. São elas: 1) acesso estável à terra, seja em forma de propriedade, seja mediante algum tipo de usufruto; 2) trabalho predominantemente familiar; 3) economia essencialmente de subsistência, ainda que isso não exclua a vinculação eventual ou permanente ao mercado; 4) certo

grau de autonomia na gestão das atividades agrícolas, ou seja, nas decisões essenciais sobre o que plantar e de que maneira, como dispor do excedente etc.

Cada um desses elementos se manifesta, aparentemente, num âmbito bem específico que se supõe que seja de natureza "econômica". Porém, a rigor, mobiliza e articula um conjunto muito vasto e, principalmente, sistêmico, de manifestações, de "saberes" e "fazeres" que dão um sentido profundo à vida camponesa, porque fundam, sustentam e envolvem a reprodução, no tempo, de sua existência. Quanto a essa, importa afirmar que ela é essencialmente dinâmica, ao contrário de preconceitos diversos gerados em contextos históricos distintos – inclusive o nosso – que insistem em associar o mundo camponês ao atraso, à incultura, à falta de urbanidade, de civilidade.

Essa última referência evoca um verdadeiro, mas apenas aparente paradoxo. Ora, acabo de lhes afirmar a vigência, em longuíssima duração histórica, das sociedades agrárias, quadro milenários nos quais o campesinato constituiu uma força social ativa e essencial, um agente histórico crucial no curso da formação, caracterização e transformações das sociedades humanas. E, contudo, esse mesmo campesinato, onipresente em sua condição de sujeito histórico, parece constituir sempre uma realidade fugidia na documentação, tanto em termos absolutos – são, em cada contexto específico, diminutas as fontes históricas relativas ao campesinato – quanto em termos relativos – teremos que aguardar o crepúsculo das sociedades agrárias para enfim "ouvirmos" falarem diretamente os camponeses, até então sempre referido por outros!

Dito com outras palavras, o campesinato constitui uma espécie de sujeito oculto dos registros de outrora, agentes que perscrutamos relacionados anonimamente a verbos diversos, não necessariamente conjugados na voz passiva, mas que as narrativas pretendem constituir como sujeitos nulos. Talvez seja então compreensível que alguns colegas medievalistas mais pessimistas cheguem a afirmar, nunca publicamente, mas em descontraídas conversas privadas em *coffee brakes*, a total impossibilidade de se escrever uma história do campesinato na Idade Média! Ora, que me desculpem esses, e todos os outros, mas ouso dizer que se não é possível uma história do campesinato na Idade Média, não é possível qualquer história da Idade Média, a menos que nos contentemos com expressões muito específicas suas, com vislumbres muito limitados e restritos de uma civilização que, alheada de sua base agrária e camponesa, limita-se a um epifenômeno carente de sua energia vital.

A perspectiva é equívoca porque o mundo camponês não apenas subjaz como se manifesta de forma pervasiva, ainda que fragmentada e distorcida, nos testemunhos emanados das sociedades pré-capitalistas. Importa, inclusive, e muito, considerar os fatores, as razões de todo o esforço relativo de ocultação. Ora, ela é perspectiva subjacente às visões de mundo das classes dominantes – sobretudo de ontem mais também de hoje – isto é, a naturalização das suas condições sociais de existência, de uma ascendência que decorre de fraturas, desequilíbrios e violências de tipos diversos. Como bem destacou Bourdieu, "toda ordem estabelecida tende a promover... a naturalização [e, para ajustá-la ao nosso contexto, eu diria que também a sobrenaturalização!] das suas próprias arbitrariedades" (Bourdieu, 1977, p. 174).

Naturalização e sobrenaturalização que confundem exploração com reciprocidade, concessão gratuita com a derivada do terror promovido pela violência efetiva e potencial, subserviência espontânea com aquela decorrente de pressões cotidianas várias, inclusive de uma poderosa hegemonia que pretende envolver a vida inteira das classes subalternas nas categorias e esquemas de dominação. Como já afirmou Edward P. Thompson, "um dos principais mecanismos de reprodução do *status quo* é que a existência cotidiana está saturada de elementos de reafirmação e reprodução da ordem estabelecida" (Thompson, 1979, p. 10).

A condição lógica e histórica fundamental, porque primária, de todo desenvolvimento cultural humano é o saber produtivo que está na base de nossa existência e reprodução. Ora, qual a condição necessária, ainda que não suficiente, da constituição histórica de nosso "sujeito oculto", o campesinato? O desenvolvimento da agricultura, o famoso processo designado, desde o arqueólogo Gordon Childe, de *Revolução Neolítica* ou *Agrícola*,[3] que redundou, desde cerca de dez mil anos antes de Cristo, na progressiva supremacia da agricultura e da criação como atividades fundamentais de reprodução das comunidades humanas. De predadores os seres humanos passam, progressivamente, à condição de produtores, de espécie única – na verdade a par de algumas formigas! – capaz de transformar a natureza, de agir sobre ela para obter o seu sustento.

Mas os "saberes" e "práticas" desenvolvidas no quadro da constituição das sociedades agrárias foram apenas a condição necessária, mas não suficiente para o surgimento do campesinato na História. Porque esses são resultantes de complexos processos de fratura, diferenciação e desigualdade social que cindiram as comunidades humanas. Quadro básico e genérico de existência em muitas sociedades do passado e de hoje, o trabalho da terra redundou em forma de especialização e expressão da divisão do trabalho social em condições gerais de subalternização. Como já destaquei, as definições clássicas do campesinato fazem todas menções a formas variadas de extração de excedentes a que estão historicamente submetidas as comunidades camponesas no seio de sociedades englobantes diversas, submetidas a punções cotidianas e sistêmicas que sustentam a existência material de classes dominantes terratenentes organizadas em formas estatais também diversas.

Tomando por referência, por exemplo, o contexto tradicionalmente celebrado por medievalistas de todos os quadrantes como o do apogeu da civilização ocidental europeia na Idade Média central – entre os séculos XI e XIII – o de uma civilização que floresceu em muitos e variados níveis, dentre os quais o arquitetônico e o intelectual, com suas catedrais e universidades, é o mesmo do pujante desenvolvimento da economia dos campos, favorecida por melhorias diversas introduzidas nos sistemas agrários e nas técnicas e instrumentos de produção. As melhorias e inovações em questão não foram resultado da sorte nem constituem uma coleção fortuita de implementos, mas sim o resultado "conjuntural" do enfrentamento das linhas de resistência imposta pelo meio – natural e social – aos produtores diretos no processo de produção. Decorrem, portanto,

[3] Termos cunhados em 1923 pelo autor (CHILDE, 1942).

de séculos de observação, de reflexão, de experimentação, do ensaio-e-erro que caracteriza as estratégias por excelência dos "saberes" e "fazeres" humanos.

São iniciativas voltadas à superação das limitações e entraves, das armadilhas e "becos sem saída" potenciais e intrínsecos a cada esforço de adaptação. Iam, assim, as sociedades camponesas dando ensejo a sistemas agrários diversos, mobilizando instrumentos e técnicas sempre no quadro de relações sociais específicas que organizavam a produção, mas, também, a circulação e a apropriação desigual de seus excedentes. O trabalho genético e ecológico realizado por cérebros e mãos camponesas nos cultivos que ontem e hoje nos nutrem não conhece paralelo na História. Nada do que foi alcançado pelo melhoramento genético moderno teria sido possível sem a base da domesticação, melhoramento e diversificação originária das inúmeras experiências camponesas disseminadas por todo o planeta (GRAIN, 2009, p. 6).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pretendemos, com a História (Medieval) que aqui se propõe, por fim, que os muitos José(s) e Francisco(s), camponeses sem-terra do Brasil, saibam da existência do Eliseu, acusado no ano de 619, na região de Sevilha, por provocar danos materiais ao patrimônio de seu senhor, evadindo-se do cativeiro em flagrante desrespeito à sua condição imposta de escravo; e ainda do camponês escravizado chamado Cambra, que conquistou uma porção de terra e o assentamento de sua pequena família, em solo ibérico, em 656 – será essa luta tema de antiquários? Importa que os sem-terra sobreviventes do Massacre de Eldorado dos Carajás, ocorrido em 1996, saibam da rebelião promovida por camponeses livres empobrecidos que agitou o reino asturiano em meados do século VIII e que também foi duramente reprimida pelos poderes instituídos, bem como da revolta dos camponeses *Stellinga* ocorrida, cem anos depois em terras francas, que por anos autonomizaram-se da aristocracia na região da Saxônia. Como destacou Peter Linebaugh (2012), em meio a tantas datas festivas que celebram efemérides diversas pelo mundo, é mais do que necessário que se estabeleça um dia feriado em homenagem a Wat Tyler, um dos líderes da *Revolta dos Comuns* na Inglaterra, em 1381. E que seja conhecida e celebrada por seus confrades atuais, camponeses e camponesas de todo o mundo cujos corações não tenham sido embrutecidos, segundo o apelo famoso de François Villon.[4]

Os campesinatos constituem ainda hoje, contra todas as previsões, uma força social dinâmica em especial em diversos países periféricos do mundo, presas essenciais da miséria e da fome que ainda campeia pelo mundo – paradoxo dos paradoxos! –, alvos principais da concentração fundiária, da disseminação do agronegócio e um dos principais opositores do processo insidioso de subsunção real do campo e da agricultura ao capital. Organizados em associações várias, inclusive internacionais, como a Via Campesina, as comunidades camponesas revelam sua tenacidade na luta pelo acesso à terra e pela preservação dos seus quadros de vida comunitária e de solidariedade

[4] Poeta francês "marginal" que viveu em Paris entre 1431 e 1463 (VILLON, 2013, p. 175).

"aldeã", assumindo a condição de protagonistas na resistência às formas ampliadas de reprodução do capital.

No Brasil, como sabemos todos que a vivemos, é o próprio futuro da universidade, como a conhecemos hoje, que se encontra em muitos níveis ameaçado há muito tempo. A luta hercúlea e tenaz que vem sendo travada por sua preservação deve passar pelo estreitamento das relações com os movimentos sociais organizados. Sem os movimentos sociais antissistêmicos a defesa de um lugar estratégico para a universidade pública, crítica e autônoma no projeto de nação permanecerá débil e, possivelmente, inviável. A articulação dos setores críticos da universidade com as lutas dos movimentos sociais contribui para que esses adquiram conhecimentos mais sistemáticos e fundamentados para muitos problemas, fortalecendo as lutas sociais; ao mesmo tempo, a interação dos movimentos com a universidade, exigindo maior atenção aos problemas sociais, fortalece os setores críticos no espaço acadêmico, favorecendo a luta pela autonomia universitária em face dos dispositivos de poder. O estreitamento das relações entre a História acadêmica e os movimentos sociais é fundamental.

Mas a tribo dos historiadores (a dos medievalistas, em especial?) parece estar orientada por um tom cerimonial outro que a faz, muito mais frequentemente, vergar-se respeitosamente diante dos mitos e visões de mundo hegemônicas das elites de ontem e de hoje, fazendo da História, estranhamente, muito mais um manifesto de alheamento em face dos horrores cotidianos – e, assim, um ingrediente de preservação do status quo – do que de sua superação. Por outro lado, a Idade Média, que parecia tão preservada, desde fins do século XIX, das paixões acirradas que opuseram, deformando sua caracterização, "iluministas" e "românticos", tornou-se recentemente o passado por excelência manipulado por direitas extremas como plataforma para a afirmação de reacionarismos e preconceitos os mais diversos (Lanzieri Júnior, 2021).

Quanto a mim, historiador desta sociedade remota num país periférico, afirmo-lhes ser muito mais do que tributário de uma visão do passado, um portador de um desejo do futuro (Bernardo, 2006, p. 195). O que está em disputa, leitores, tendo em vista a escalada de misérias cotidianas e globais promovidas por um sistema que potencializa, em velocidade ímpar e historicamente incomparável, a degradação humana e a do meio ambiente, não é nada mais nada menos do que a própria sobrevivência da nossa espécie.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Néri de Barros; SILVA, Marcelo Cândido da. **Le Moyen Âge et la nouvelle histoire politique au Brésil**. Mélanges de l'École française de Rome - Moyen Âge, 126, 2, 2014. Disponível em: http://journals.openedition.org/mefrm/2070. Acesso em: 2 abr. 2025.

ALTSCHUL, Nadia R. Postcolonialism and the Study of the Middle Ages. **History Compass**, 6, 2, p. 588-606, 2008. Disponível em: https://compass.onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1111/j.1478-0542.2008.00510.x. Acesso em: 4 abr. 2025.

ASTARITA, Carlos. **El ministro Barañao y la historia medieval**. Texto divulgado pelo autor. 2017, p. 1-4.

BASTOS, Mário Jorge da Motta. La Historia Medieval en Brasil. Investigación, Enseñanza y Acción Política. **Sociedades Precapitalistas**, 6, 2, p. 1-11, junio 2017. Disponível em: https://www.sociedadesprecapitalistas.fahce.unlp.edu.ar/article/view/SPe019/8206. Acesso em: 1 abr. 2025.

BAUMAN, Zygmunt. **Liquid Modernity**. London: Polity Press, 2000.

BERNARDO, João. Propostas para uma metodologia da história. **História Revista**, 11, 2, p. 193-197, 2006.

BOURDIEU, Pierre. **Outline of a Theory of Practice**. Cambridge, Cambridge University Press, 1977.

CHAYANOV, Alexander. **The Theory of Peasant Economy**. Manchester: Manchester University Press, 1966.

CHESNEAUX, Jean. **Du passé, faisons table rase? À propos de l'histoire et des historiens**. Paris: Maspero, 1976.

CHILDE, Gordon. **What happened in history?** London: Pelican, 1942.

CHRULEW, Matthew, "The Only Limitation is Your Imagination": Quantifaying the Medieval and Other Fantasies in Dungeons and Dragons. In: TRIGG, Stephanie (ed.). **Medievalism and the Gothic in Australian Culture**. Turnhout: Brepols: 2005, p. 223-240.

D'ANCONA, Matthew. You have to be a medievalist to understand New Labour. **The Telegraph**, 11, maio 2003. Disponível em: https://www.telegraph.co.uk/comment/personal-view/3591146/You-have-to-be-a-medievalist-to-understand-New-Labour.html. Acesso em: 10 abr. 2025.

EILAND, Howard; JENNINGS, Michael W. (ed). Walter Benjamm**. Selected Writings**. v. 4. 1938-1940. On the Concept of History, theses 2, 4 and 6. Cambridge: Belknap Press, 2006, pp. 389-411.

FONTANA, Josep. História: **Análisis del pasado y proyecto social**. Barcelona: Editorial Crítica, 1982.

FRANCO JÚNIOR, Hilário; BASTOS, Mário Jorge da Motta. **Historiographie et médiévistique brésilienne**: une approche d'ensemble. In: MAGNANI, Eliana (ed.). Le Moyen Âge vu d'Ailleurs: Voix croisées d'Amérique latine et d'Europe. Dijon: Editions Universitaires de Dijon, 2010, p. 39-52.

FROSINI, Fabio. **A 'história integral' desde a perspectiva dos subalternos**: contribuição para uma teoria marxista da história. Crítica Marxista, 37, p. 27-46, 2013.

GAUNT, Simon. **Can the Middle Ages be Postcolonial? Comparative Literature**, 61, 2, p. 160-176, 2009.

GRAIN. **La agricultura: sus saberes y cuidados**, p. 4-7, 2009. Disponível em: https://grain.org/es/article/1201-la-agricultura-sus-saberes-y-cuidados. Acesso em: 2 maio 2025.

GUERREAU, Alain**. L'Avenir d'Un Passé Incertain. Quelle histoire du Moyen Âge au XXIe siècle?** Paris: Éditions du Seuil, 2001.

HUNTINGTON, Samuel P. **The Clash of Civilizations and the Remaking of World Order**. London, Penguin Books, 1996.

Jornada Universitária em Defesa da Reforma Agrária (JURA) aproxima o campo e a academia. 2015. Disponível em: https://mst.org.br/2015/03/25/jornada-universitaria-em-defesa-da-reforma-agraria-aproxima-o-campo-e-a-academia/. Acesso em: 2 jan. 2025.

LADURIE, Emmanuel Le Roy. **Montaillou, village occitan de 1294 a 1324**. Paris: Gallimard, 1975.

LAMOSA, Rodrigo. **Educação e agronegócio**: a nova ofensiva do capital nas escolas públicas. Curitiba: Appris, 2016.

LANZIERI JÚNIOR, Carlile. **Cavaleiros de cola, papel e plástico**: reflexões sobre os usos do passado medieval na contemporaneidade. Campinas: D Sete, 2021.

LEHER, Roberto. Movimentos Sociais, padrão de acumulação e crise da universidade. In**: Anais da 37ª Reunião Científica da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd).** Florianópolis: ANPEd, 2015.

LINEBAUGH, Peter. Class Justice. Why we Need a Wat Tyler Day. In: CHAZELLE, Celia et al. (ed.). **Why the Middle Ages matters: medieval light on modern injustice**. New York: Routledge, 2012.

MACEDO, José Rivair. Os estudos medievais no Brasil: tentativa de síntese**. Reti Medievali – Revista**, VII, 1, p. 1-10, 2006. Disponível em: http://www.rmoa.unina.it/1880/1/153-430-1-PB.pdf. Acesso em: 15 dez. 2024.

MAGNANI, Eliana et al. Être historien du Moyen Âge en Amérique latine au début du XXIe. siècle: enquête, In: SHMESP (ed.). Être historien du Moyen-Âge au XXIe. Siècle. Paris: **Publications de la Sorbonne**, 2008, p. 71-92.

MARX, Karl. **O Capital**. Crítica da Economia Política. [Livro I]. São Paulo: Boitempo, 2023 (Cap. 24, A Assim chamada acumulação primitiva).

MELO, Demian Bandeira de; MONTEIRO, Marcio Lauria. Os ciclos de revisionismo histórico nos estudos sobre a Revolução Russa. **Revista Direito e Práxis**, 8, 3, p. 256-294, 2017.

MORISSAWA, Mitsue. **A História da Luta pela Terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MORSEL, Joseph; DUCOURTIEUX, Christine**. L'Histoire (du Moyen Âge) est un sport de combat**… Réflexions sur les finalités de l'Histoire du Moyen Âge destinées à une société dans laquelle même les étudiants d'Histoire s'interrogent, 2024 (version 2). Disponível em: https://shs.hal.science/halshs-00290183v2. Acesso em: 2 jun. 2025.

Governo japonês pede cancelamento de cursos de Ciências Humanas em Universidades, **O Globo**, 16/09/2015. Disponível em: https://oglobo.globo.com/brasil/governo-japones-pede-cancelamento-de-cursos-de-humanas-em-universidades-17506865#:~:text=RIO%20%2D%20O%20ministro%20da%20educa%C3%A7%C3%A3o,contemplem%20as%20necessidades%20da%20sociedade%22. Acesso em 12 dez. 2024.

ROSA, Maria de Lurdes; BERTOLI, André. Medievalismos irmãos e (menos) estranhos? Para um reforço do diálogo entre as historiografias brasileira e portuguesa sobre Portugal medieval. **Revista Portuguesa de História**, XLI, p. 247-289, 2010.

SANTOS, Beatriz Boclin Marques dos. O Currículo da Disciplina História no Colégio Pedro II – Império. **Cadernos de História da Educação**, 14, 1, p. 55-70, jan./abr. 2015.

SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. **Revista NERA**, 7, 8, p. 1-21, jul./dez. 2005.

THOMPSON, Edward Palmer. **Customs in Common**: Studies in Traditional Popular Culture. London: New Press, 1993.

THOMPSON, Edward Palmer. **Folklore, anthropology and social history**. Brighton, Sussex : John L. Noyce Publisher, 1979.

VILLON, François. Ballade of the Hanged Men. In: GEORGI, David (ed.). Poems. **A New Translation. Illinois**: Northwestern University Press, 2013, p. 175-178.

WOLF, Eric R. Peasants. **Englewood Cliffs**: Prentice-Hall, 1976.